

AMAZÔNIA, AMAZÔNIAS: TENSÕES TERRITORIAIS EM CURSO

Carlos Walter Porto-Gonçalves¹

Num momento em que o capitalismo volta a lançar mão de uma das suas principais estratégias de superação de suas crises – a sua expansão espacial –, a Amazônia ganha particular relevância por suas implicações geográficas e não só para seus povos, como também para todo o planeta e a humanidade. E, para isso, é preciso recuperar as implicações propriamente geográficas que a Amazônia, particularmente, nos impõe que, com frequência, são olvidadas quando se fala dos arranjos espaciais do capitalismo em que se destacam as distâncias e a exploração de “recursos” em sua dimensão monetária, quantitativa que, como se sabe, se abstrai das suas qualidades materiais.

No caso específico da Amazônia, esse olvido se dá pela condição de ser uma região periférica, de países periféricos no sistema do mundo capitalista moderno colonial. Em suma, os blocos históricos de poder (Gramsci) amazônicos são blocos de poder dependentes no interior dos países que exercem soberania na região, a saber, Brasil, Bolívia, Equador, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname² que, por sua vez, são países periféricos diante do sistema mundo. Sendo assim, a colonialidade do poder e do saber se impõe na análise da região e a visão que predomina a respeito da Amazônia é uma visão *sobre* e não *da* região, de seus povos e de seus grupos/classes sociais, sobretudo dos grupos/classes sociais em situação de subalternização. Não raro, se impõe uma visão *euurocêntrica*, me permita o leitor o neologismo, haja vista ser uma pauta em grande parte forjada fora dos países que formalmente exercem soberania sobre a Amazônia.

Em função do acima exposto, a Amazônia é vista como “natureza”, como “reserva de recursos” ou como “vazio demográfico”, ideias em grande parte assumidas pelas classes dominantes nacionais onde a região aparece como sendo uma fonte inesgotável de recursos naturais, pauta essa que comanda a visão de integração subordinada ou de servidão voluntária (Étienne la Boétie) aos centros dinâmicos do capitalismo. Essa visão ignora a complexidade geográfica da região que nos remete a um tempo ancestral e requer que consideremos a tese do geógrafo Milton Santos que nos diz que “o espaço geográfico é uma acumulação desigual de tempos”. Afinal, a enorme extensão florestal que tanta atenção chama nos debates sobre a região,

¹ Professor Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense. Prêmio Casa de las Américas, Cuba, em 2008. É autor de vários artigos e livros com destaque para *Geo-grafias: Movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad*, publicado em 2001 por Siglo XXI.

² Para não falar de um território sem soberania, a anacrônica colônia francesa da Guiane.

não ocupava essa área até 12 mil anos antes de presente, antes do Holoceno.

Até 12.000 anos A.P. a maior parte da região era coberta por extensas áreas de savanas, haja vista o clima regional ser mais seco que o atual, em função do fato da Glaciação Würm, quando as calotas polares ocupavam as latitudes de Paris e Nova Iorque, no hemisfério Norte. À época, com tanta água retida sob a forma de gelo, menos água circulava na atmosfera e menos água se precipitava sob a forma de chuvas nas regiões tropicais e equatoriais, o que limitava a formação de florestas nessas regiões. Todavia, temos registros de presença humana há 19.000 anos na Formação Cultural Chiribiquete, na atual Amazônia colombiana e de 11.200 anos no Sítio de Pedra Pintada, em Monte Alegre, na Amazônia paraense brasileira. Isso implica dizer que a Amazônia é povoada antes mesmo da floresta ocupar a área que hoje ocupa, o que nos obriga a superar a dicotomia homem-natureza, uma das dicotomias fundantes do pensamento científico hegemônico. Afinal, quando da chegada dos invasores coloniais à região, ali habitavam cerca de três milhões e meio de homens e mulheres. Como nos ensinam Humberto Maturana e Francisco Varela, não há vida sem conhecimento. Assim, esses povos sabiam/sabem caçar, sabiam/sabem coletar, sabiam/sabem pescar, sabiam/sabem plantar (agriculturas, sobretudo nas várzeas), sabiam/sabem curar-se (várias medicinas), sabiam/sabem construir suas casas (várias arquiteturas), sabiam/sabem pintar-se (várias artes).

As regiões hoje reconhecidas como as de maior biodiversidade na Amazônia são as regiões ancestralmente habitadas. Para esses povos, a natureza nunca foi intangível, como recentemente invocou o governo de Evo Morales-Garcia Linera, na Bolívia, para justificar a expansão de estradas para o desenvolvimento e exploração de “recursos naturais” atravessando o território dos Tsimanes, Yuracares, Mojenos e Trinitarios nos rios Isiboro e Secure.

O metabolismo da floresta é altamente produtivo haja vista que, dos 500 a 700 toneladas de biomassa que existem em média, por hectare na Amazônia, cerca de 8% a 10% se recicla todo ano oferecendo, assim, uma produtividade biológica primária média de 40 a 70 toneladas de biomassa por hectare/ano, volume sem par em qualquer outra região do mundo.

A enorme incidência solar característica da faixa equatorial e a grande disponibilidade de água, sobretudo depois do recuo da Glaciação Würm, ensejam essa enorme produtividade biológica primária, mesmo sob um solo que a ciência convencional diz ser pobre em N-P-K. Todavia, essa caracterização dos solos amazônicos como pobres é mais um desconhecimento derivado da colonialidade do saber e do poder que ignora a grande vitalidade que a fauna e a flora amazônica revelam deriva do húmus que a própria floresta oferece ao solo.

Como bem disse o ecólogo Harald Sioli “a floresta vive de si mesma” e, assim, uma visão cartesiana da ciência não consegue ver a complexidade da relação Sol-solo-água-floresta. Tudo se

passa como se houvesse um desmatamento epistemológico que precede o desmatamento ecológico, haja vista ignorar a relação solo-floresta, porque já se chega na região com a intensão de desmatá-la e fazer pasto para a criação de gado, para fazer monoculturas, explorar madeiras e carvão vegetal.

Dizer que os solos da Amazônia são pobres porque não têm N-P-K e porque sem a floresta se aceleram os processos de laterização e lixiviação é o mesmo que dizer que um homem é pernetá quando não tem uma perna, pois o que não se consegue ver é que há um complexo metabolismo Sol-solo-água-floresta que é a razão da vitalidade da região e que seus povos souberam tirar proveito durante milhares de anos. Afinal, com a floresta, se desenvolveram mais de 200 etnias/povos/nacionalidades que souberam/sabem viver dessa produtividade que oferece condições de autonomia para pequenos grupos o que, de certa forma, ajuda a explicar a ausência de impérios na região. Afinal, sempre era/é possível ser livre fundando uma ocupação mais adiante.

Na Amazônia brasileira, sobretudo no Pará, Amapá e Maranhão muitos são os territórios quilombolas onde os negros buscavam ser livres, fugindo da escravidão. Um dos mais lúcidos intelectuais da Amazônia, José Veríssimo (1857-1916), afirmara que o capitalismo encontrava dificuldades para se firmar na Amazônia, haja vista que sempre é possível ser livre; tamanha é a riqueza que a floresta oferece em cada hectare e na piscosidade (peixes) de seus rios. A Amazônia está longe de ser o “vazio demográfico” ideia que sobre ela se impôs que, assim, se revela uma ideia colonial posto que, sendo vazia, seria terra de ninguém e, desse modo, poderia ser ocupada. Não surpreende, pois, tanta violência na Amazônia haja vista que sobre a mata tem gente e não é de ontem!

Os Dilemas Atuais

Até os anos 1960, todas as incursões capitalistas moderno-coloniais sobre a Amazônia foram descontínuas no espaço e no tempo, configurando frentes de expansão/invasão localizadas. Até então, prevaleciam múltiplas práticas culturais conformadas durante milênios, com base num metabolismo de altíssima produtividade biológica. Considere-se que, desde que os invasores europeus chegaram à região, até os anos 1960, prevaleceu o que os historiadores chamaram ciclo das “drogas do sertão”, onde centenas de produtos conformavam uma pauta de exportações onde nenhum produto ultrapassava mais que 3% do total exportado, com exceção do curto período de 1870-1910/1920 do ciclo *gomero* (borracha/caucho). A energia solar comandava todo o ciclo de vida, inclusive com a evapotranspiração da floresta redistribuindo água com seus “rios voadores”. Desde os anos 1960, entretanto, uma nova configuração sociogeográfica começa a se impor e a se contrapor a esse padrão de ocupação ancestral-histórico.

Desde então, a Amazônia passa a viver a tensão de territorialidades derivada de dois

padrões sociogeográficos em conflito, a saber: o padrão que se organizara ancestral-historicamente em torno dos rios-várzea-floresta e do “máximo controle de pisos ecológicos” do mundo andino-amazônico (John Murra) que se vê subordinado por outro padrão que passa a se organizar em torno das estradas-terra firme explorando seu solo e seu subsolo, destruindo seus bosques e várzeas e barrando seus rios com todos os efeitos danosos que daí emanam, entre eles, a poluição de suas águas e a queda da piscosidade e, assim, da oferta de proteína tradicional de seus povos.

Desde então, o padrão de adaptação dos assentamentos humanos ancestral-historicamente encontra dificuldades para se reproduzir pela penetração do novo padrão com sua nova dinâmica voraz de consumo de matéria e energia no espaço-tempo. Cada nova estrada na Amazônia estimula as invasões do bosque e aceleram os processos de urbanização precária: ambos os fenômenos servem para incrementar a demanda para a construção de mais estradas, exige mais água para consumo humano em espaços concentrados, mais energia sob a forma de *quilowatt* e sob a forma de alimentos.

A nova dinâmica espaço-temporal de matéria e energia passa a ser comandada pelo tempo globalizado da concorrência oligopolista do capital no mercado internacional, que exige outro tipo de energia. O tempo da competitividade e da acumulação de capital produz uma desconexão espaço-temporal de matéria-energia configurando uma subordinação do espaço (e todos os seus ciclos biogeofísicos) ao tempo do relógio abstrato do capital. Essa nova dinâmica de matéria e energia no espaço-tempo amazônico, que se inicia 1960/70, se intensificará e complexificará nos anos 1990 pelos interesses mais diretos do capital e suas políticas neoliberais (“regionalismo aberto”) cuja dinâmica produtiva se trasladará para a Ásia, sobretudo para a China, com a surpreendente aliança do Partido Comunista chinês, com as grandes corporações transnacionais com sede nos países centrais do Ocidente. Desde que o sistema mundo capitalista moderno-colonial teve início, em 1492, assistimos, hoje, pela primeira vez, o paulatino deslocamento do centro geográfico da dinâmica da produção industrial capitalista para a Ásia e para a China, sobretudo, deixando em segundo plano o Atlântico Norte³. Os efeitos dessa mudança para a Amazônia serão enormes, sobretudo para as etnias/povos/nacionalidades e demais grupos/classes sociais amazônicas em situação de subalternização.

Já, ao longo da década de 1990, os organismos multilaterais (BID e BIRD) em associação com governos de diferentes países do continente americano, vinham ensejando um novo desenho de suas relações para a América Central, Caribe e América do Sul. Desde 1994, tratativas vinham sendo feitas com a ALCA – Aliança de Livre Comércio das Américas – que seria a base de

³ Todos os países que exerceram hegemonia no sistema mundo capitalista estavam, até aqui, no Atlântico Norte, a saber, Portugal e Espanha; Inglaterra e, depois de 1945, os EEUU.

sustentação para o que, mais tarde, se configuraria como a IIRSA – Iniciativa de Integração Regional Sul Americana – proposta por Fernando Henrique Cardoso, no ano 2000. A IIRSA viria dar forma material (estradas, represas, hidrelétricas, portos, aeroportos e comunicações) complementar ao ajuste estrutural das normas do Consenso de Washington necessárias para uma nova fase de acumulação de capital.

As tratativas que buscavam o Interamericanismo, expressão-chave da diplomacia estadunidense para com os demais países da América, com a ALCA – Aliança de Livre Comércio das Américas – atualizavam a Doutrina Monroe e sua ambígua expressão “A América é para os americanos” e, a partir dos inícios do novo século (2000), vão ser abertamente contestadas, sobretudo depois da eleição de Hugo Chaves, em 1998. A partir de 2003, com a posse de Lula da Silva, no Brasil, o que parecia difícil para os governos afinados com o neoliberalismo, passara a se tornar viável, qual seja um redirecionamento do papel do Estado, no caso do Brasil, através do BNDES financiando as grandes corporações nacionais brasileiras para construir as grandes obras da IIRSA.

Assim, um projeto nascido das entranhas do neoliberalismo ganhará condições financeiras para se materializar em governos que se conformaram fora de suas lides em outro campo político, em grande parte, urdidos pelos movimentos sociais vindos de baixo.

A crescente importância da China no cenário econômico mundial abrirá uma brecha nas relações para os países do continente americano, brecha essa que não se oferecia na geografia política mundial desde o fim da guerra fria. As oportunidades de negócio com a Ásia, sobretudo com a China, país que é o maior importador de *commodities* do mundo, abrirá espaço para a expansão do capital do agronegócio (soja, milho, carnes, eucalipto), da exploração mineral e das grandes companhias de engenharia e construção civil (estradas, hidrelétricas, portos, etc.), fundamentais para a criação de infraestrutura para aqueles outros setores e, com isso, para diminuir a dependência econômica, sobretudo comercial, dos países da América ao Sul do Rio Grande para com os EEUU. Um certo antiamericanismo substituiu ingenuamente o anti-imperialismo entre setores das esquerdas latino-americanas, diga-se de passagem.

Estamos diante, pois, de uma reconfiguração geográfica profunda regional/continental/global que abre uma nova fase de acumulação de capital e de uma nova aliança entre classes e frações de classe (sindicalistas ligados aos fundos de pensão⁴, capital financeiro, gestores militares e da diplomacia, empresas de engenharia e construção civil, grandes corporações capitalistas do agronegócio e de mineração e gestores do Partido Comunista chinês).

⁴ Como Ricardo Berzoini e Luís Gushiken, importantes dirigentes do PT.

O Consenso de Washington parece dar lugar ao Consenso das *Commodities* (Maristela Svampa).

São enormes as implicações práticas desse novo megaprojeto para a Amazônia, sobretudo pela mudança de escala. Afinal, os 10 Eixos de Integração e Desenvolvimento – EIDs – da IIRSA foram planejados para a integração física aos mercados à escala global e não visam às escalas locais e regionais. As escalas local, regional e mesmo nacional são vistas como passagem, “fluxo”, “corredor”. Não é mais a região que é tomada como referência para a integração, seja ela a Amazônia ou qualquer outra. O acesso à terra, à água ao subsolo e seus minérios, petróleo e gás é disputado por setores com poder desigual, pois os EIDs e seus corredores atraem grandes capitais que se apropriam da renda da terra, impõem sua dinâmica espaço-temporal explorando grandes volumes de produção e, ainda, atraindo localmente setores ligados ao pequeno comércio e à especulação imobiliária e outras (drogas, prostituição). A chegada de milhares de operários e também de trabalhadores fazem os preços das mercadorias aumentarem e tornam o custo de vida impraticável para os moradores locais. Quando as obras acabam restam, sobretudo, o desemprego, a delinquência, a drogadição e a violência que tomam o lugar das promessas de desenvolvimento.

Assim, nessa nova reconfiguração, a Amazônia vai se ver envolvida⁵ numa dinâmica conformada para integrar o subcontinente ao mercado global que passa por uma reconfiguração geográfica de grande magnitude. Desde então, a Amazônia se verá diante de uma inserção, não mais descontínua no espaço e no tempo, como até recentemente, mas de uma ação política estratégica de outra magnitude, pelo volume de recursos financeiros implicados e numa outra escala pan-amazônica/sul-americana de inserção global com a IIRSA, com cinco dos seus dez Eixos de Integração e Desenvolvimento atravessando a região.

Se, desde os anos 1960/1970 podíamos falar do início da fase dos megaprojetos sobre a Amazônia, agora estamos diante de um megaprojeto que estrutura vários megaprojetos. Um novo padrão geográfico que Paul Little denomina de “industrialização da selva” trará enormes consequências ecológicas, culturais e políticas não só para a região, mas para todo o planeta. Como destaca o antropólogo Paul Little:

Os megaprojetos extrativos e de infraestrutura formam parte de outro modo de adaptação humana: a industrialização. Os megaprojetos requerem grandes quantidades de energia, dependem de milhares de pessoas para sua construção, recebem altas quantidades de capital financeiro e tecnológico e transformam a paisagem florestal e os fluxos hidrológicos donde se localizam. Em suma, os megaprojetos transformam o modo de adaptação à floresta, mudança que resulta ser particularmente brusca em áreas rurais onde as formas tradicionais de adaptação são, todavia, vigentes. Historicamente, o processo de industrialização de uma região durava décadas (por exemplo, o processo de industrialização da Inglaterra) e as mudanças que provocou foram internalizados por distintas gerações de forma gradual e de distintas formas. No caso dos megaprojetos

⁵ Caberia dizer, de modo mais apropriado, que a região passa a ser “des”envolvida, na exata medida em que se quebra a autonomia dos diversos envolvimentos que conformam as diferentes territorialidades dos grupos/classes sociais.

amazônicos, estamos diante de processos extremamente velozes de industrialização nos quais áreas rurais se transformam em áreas urbanizadas no lapso de poucos anos. A velocidade da industrialização está acompanhada por seu aspecto impositivo. Não se consulta aos povos locais antes da instalação do megaprojeto sobre a “industrialização” de seus territórios e a mudança em seu modo de adaptação. Por isso, são processos forçados de industrialização da selva (LITTLE, 2013).

Essas intervenções sobre a região têm um grau de coordenação pan-amazônica jamais evidenciado antes. Um nível de atuação interestatal propriamente pan-amazônico emerge, mais uma integração feita por estados subordinados voluntariamente à inteligência dos *think tanks* estrategicamente entrincheirados em instituições como o BCI – Banco de Compensações Internacionais, o BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial), a OMC – Organização Mundial de Comércio que comandam o mundo, ainda que o façam sem que tenham que render contas a cidadãos de qualquer estado soberano.

Diga-se de passagem que, em sua maior parte, esses quadros sejam formados na firme convicção de que há um pensamento universal cujos parâmetros por eles inventados servem de indicadores que ignoram a diversidade de modos de pensar, agir e sentir que a humanidade inventou; e reafirme-se, onde os amazônidas propriamente ditos têm um papel subordinado por sua condição de viverem numa região periférica de países periféricos, mais olvidados ainda são os grupos/classes sociais em situação de subalternização.

A magnitude dos impactos sociais e ambientais por esse megaprojeto de megaprojetos é de uma ordem qualitativamente superior devido ao tamanho e abrangência geográfica dos projetos, pelo número de obras que estão sendo construídas simultaneamente e pela enorme quantia de capital neles injetado (Little, 2013).

Em 2010, a UNASUR – União das Nações Sul Americanas – passa a tomar o controle do portfólio de projetos da IIRSA, com o COSIPLAN – Conselho Sul Americano de Infraestrutura e Planejamento. Há 544 projetos com um montante de inversões estimado na ordem de 130 bilhões de dólares. Dos seus 31 projetos prioritários, 14 dizem respeito diretamente à Amazônia. Em todos esses casos, são projetos de energia, transportes e comunicações, como represas hidroelétricas, estradas, hidrovias, ferrovias, canais, portos, aeroportos e cabos de comunicação. O financiamento dos megaprojetos de infraestrutura provém, principalmente, de fontes públicas, seja por meio de bancos nacionais de desenvolvimento, seja por meio de bancos multilaterais dos quais os estados são os protagonistas. Esses financiamentos, portanto, recaem na dívida pública.

Vários desses megaprojetos envolvem acordos binacionais, como entre o Equador e a China para financiamento e construção da Represa Coca-Codo Sinclair; na Venezuela, entre a empresa chinesa Citic Group para fazer o mapa mineiro do país que deu origem ao famigerado Arco Minero do Orenoco e, ainda, o ambicioso Acordo Energético Peru-Brasil que abarca o

financiamento de um conjunto de obras e não uma obra específica na Amazônia Andina.

Deste modo, contraditórios interesses atravessados por estratégias geopolíticas várias, condicionam o devir da Amazônia e de seus povos, a saber: 1) imperialismo estadunidense com sua proposta de Aliança de Livre Comércio das Américas – ALCA, temporariamente suspensa depois de muita mobilização social; 2) os Tratados de Livre Comércio que, tal como a ALCA, procura inviabilizar a integração sul-americana; 3) a unidade latino-americana, sobretudo sul-americana, impulsionada pelo Brasil (UNASUR) que, segundo alguns autores (Raúl Zibechi), tem um componente sub-imperialista; 4) a integração impulsionada pela Venezuela/Bolívia/Equador (ALBA); 5) a presença cada vez maior da China na região e 6) as territorialidades indígenas, quilombolas/cimarrones e camponesas que vêm sendo objeto de intensa violência por essa integração que integra os “de cima” e desintegra “los de abajo”.

Assim, as populações amazônidas em suas lutas emancipatórias estão diante de desafios de novo tipo, pelo grau de coordenação pan-amazônica em curso, de um modo que jamais havia evidenciado antes. Não se pode compreender o destino da Amazônia, sobretudo dos amazônidas em situação de subalternização, ignorando essas tensões territoriais que atravessam a região.

Diante do significado que a Amazônia tem para o colapso ambiental provocado pela dinâmica civilizatória capitalista de matriz *eeurocêntrica*, novos e velhos paradigmas e suas práticas entram em contradição, a saber: (1) o velho paradigma da “extração destrutiva” de saque, rapina e devastação de exploração mineral, de extração madeireira, de avanço do gado e das monoculturas e (2) o paradigma ecológico da “floresta em pé” que, por sua vez, põe em tensão, de um lado, a vertente capitalista da “economia verde” e seus “latifúndios genéticos” (que une o capital financeiro e de indústrias ligadas à biotecnologia e à engenharia genética que, através de grandes ONGs internacionais passam a disputar espaços junto aos movimentos sociais) e, de outro lado, movimentos que lutam “pela vida, pela dignidade e pelo território”, conforme a consigna das grandes marchas que, em 1990, partiram da Amazônia boliviana e equatoriana em direção às capitais dos respectivos países, ou na consigna “não há defesa da floresta sem os povos da floresta” que vai afirmar outra perspectiva da “floresta em pé” ao afirmar as “reservas extrativistas” como a “reforma agrária dos seringueiros” como propunha Chico Mendes.